

Sindicato consegue adiar retrocesso da segurança nas agências de Garça



O Sindicato dos Bancários de Marília e Região conseguiu na última sessão da Câmara de Garça, dia 24 de junho, que os vereadores adiassem a votação do Projeto de Lei 46/2015, que quer retroceder uma conquista dos usuários e dos trabalhadores das agências bancárias deste município. É que um novo Projeto de Lei quer revogar (anular) a recém criada Lei 4.985/2015, que obriga os estabelecimentos bancários a dispor de vigilante e de câmeras de monitoramento das áreas de autoatendimento e de caixas eletrônicos.

Para o presidente do Sindicato, Geofredo Borges da Rocha, o novo PL, de autoria da mesa diretora, é um retrocesso. "Anular a recente conquista de todos, de maior segurança através de vigia e de câmeras, é na minha opinião um retrocesso e não um avanço."

Segundo ele, o sindicato recebeu uma denúncia de que seria votado

uma nova lei, revogando a lei 4.985/2015, promulgada no último mês de março. Ao saberem da pauta, o sindicato enviou diretores para que, juntamente com bancários de Garça, reivindicasse o adiamento da votação. Com apenas um voto contrário, os vereadores aprovaram o adiamento da pauta por uma sessão, aceitando também ouvir a categoria dos bancários antes de prosseguirem com a discussão.

A Lei 4.985/2015

A lei 4.985/2015, aprovada em março, que agora os mesmos vereadores querem anulá-la, pelo PL 46/2015 determina que os estabelecimentos bancários estabelecidos em Garça fiquem obrigados a manter vigilante armado e câmeras de monitoramento em áreas de auto-atendimento e caixas eletrônicos durante o horário de expediente. As agências tiveram prazo de 60 dias, após a publicação desta lei, para se adequarem. Elas já foram notificadas disso. A lei ainda determina multa de 75 mil UFGs no caso do descumprimento.



Fotos de Doralice Ribeiro - Jornal Comarca de Garça

15º Arraia dos Bancários



Realizado no dia 26 de junho no Centro Recreativo de Marília, com a presença de 300 pessoas entre elas, bancários e familiares. Foi uma noite muito animada ao som de Marquinhos, Jurandir e sua Banda com músicas típicas para o evento. Comidas Típicas: cachorro quente, doces, amendoim, pipoca, churros, quentão, vinho quente, chocolate quente, entre outros. Os Bancários presentes em uma ação solidária fizeram doação de mais de 200 Litros de Leite Longa Vida, que serão doados a entidades assistenciais de nossa Cidade. A Diretoria do Sindicato dos Bancários de Marília e Região agradece a presença de todos e lembra que o ano que vem tem mais.

Campeonato de futebol Society



Realizado no 1º semestre, de 14/02 a 30/05 sendo o homenageado nosso Diretor Paulo Roberto dos Santos Andrade (em memória), com arrecadação de 200 L de Leite que juntos com o de nossa festa Junina chega a 400 L os quais serão doados a entidades assistenciais de nosso município.

Agora

Boletim informativo do Sindicato dos Bancários de Marília e Região - Julho/2015

Sindicato on line acesse: www.bancariosmarilia.com.br



CAMPANHA NACIONAL 2015

Conferência Interestadual aprova proposta de 15% de reajuste salarial em 2015

A Conferência Interestadual dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul, em Itanhaém, realizada dias 2 e 3 de julho aprovou o reajuste salarial de 15% a ser apresentado como proposta na 17ª Conferência Nacional dos Bancários, nos dias 31/7 e 01 e 02 /08 em São Paulo.



Delegados do Sindicato

Os 180 delegados (146 homens e 34 mulheres) dos 23 sindicatos filiados a FEEB-SP/MS (participaram 12 diretores de Marília e Região) aprovaram ainda outras propostas para a construção da pauta nacional a ser entregue à Fenaban:

Emprego - Neste tópico, ficou acordado combate à terceirização, com o arquivamento do PLC 30/15 (antigo PL 4330/2004) e, ainda, a ratificação da Convenção 158 (demissão imotivada), da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Moção em defesa do emprego dos trabalhadores do HSBC também foi aprovada. Em relação ao PLR, os presentes mantiveram o modelo atual.

Saúde - Grande preocupação dos sindicatos, os delegados aprovaram o fim das metas abusivas via Protocolo de

Venda Responsável. Ampliação do período de amamentação para 12 meses, que hoje é de seis meses (assegurado pela CLT), e a realização de exame demissional específico para este fim (e não mais a utilização do exame periódico) também foram algumas sugestões acordadas.

Segurança - Sobre segurança, foi decidido como proposta a ampliação do projeto-piloto, formalizado em 2013 entre a Fenaban, Contraf-CUT e Sindicato de Pernambuco, para todo o país. O projeto, hoje em andamento em Recife, Jaboatão dos Guararapes e Olinda, prevê a instalação de portas de segurança com detectores de metais, câmeras internas e externas, biombos entre a bateria de caixas e as filas, guarda-volumes, além de vigilantes com coletes balísticos e armados de acordo

com a Lei 7.102/83 e cofre com dispositivo de retardo.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários de Marília e Região, Geofredo Borges da Rocha, o momento agora é de unificação e ganho real acima de dois dígitos, até porque os relatórios do Dieese comprovam que os bancos obtiveram lucros exorbitantes no último ano. "Não há argumentos contra isso e iremos defender reajuste com aumento real."

Durante o encontro, apresentou também os resultados da Consulta Nacional dos Bancários 2015, pela assessora de imprensa da Federação, Sibeles Martins, que comprovou o desejo da categoria por aumento real (45%), cesta de alimentos maior (38%) e PLR maior (51%).

BANCO CENTRAL IRÁ AVALIAR IMPACTO DA VENDA DO HSBC

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou nesta quarta-feira (1º de julho), durante reunião com representantes dos trabalhadores do HSBC, em Brasília, que irá analisar o impacto no mercado financeiro da venda dos ativos do Banco no Brasil, bem como verificar as consequências sociais da medida. "Apesar de ser uma transação entre Bancos privados, temos uma série de medidas que podem ser aplicadas para resguardar a sociedade.



Temos remédios para o caso de danos extremos. Partimos do princípio de que não é um Banco que está saindo falido, mas sim, que resolveu fechar suas operações no país e pode voltar daqui uns anos. Acreditamos que irão existir sinergias. O que é muito bom para a população e trabalhadores", disse Tombini.



Palavra do Presidente
Geofredo Borges da Rocha

União e mobilização contra demissões e a terceirização

No último ano a rotatividade de trabalhadores bancários, deixou um saldo negativo de 5 mil que não conseguiram se recolocar no mercado. Um índice que vem se tornando uma média anual do encolhimento de nossa categoria. Com a lei da terceirização, a tal PLC 30/2015, se aprovada pelo Senado, seria a precarização da mão-de-obra e a perda das conquistas da categoria dos últimos 30 anos. Conquistas essas conseguidas com muita luta pelos sindicatos.

A inflação chegando na casa dos dois dígitos fez com que os sindicatos da Federação, mediante o grande lucro dos bancos neste último trimestre, de 16,3 bilhões, apontando um crescimento de 21,8%, não freassem o desejo da categoria por aumento real justo, de pelo menos 5% além da inflação. O próprio Dieese demonstrou que o lucro líquido por empregado nos bancos, neste último ano, chegou em torno a R\$ 57 mil.

A crise atual não atinge os banqueiros, aliás, eles estão até lucrando mais, e, por isso mesmo, não podemos esmorecer e sim nos unirmos e nos mobilizarmos para conquistar um aumento real e digno para nossa categoria, bem como uma política justa e o combate às demissões.

Temos que estar atentos com a empregabilidade também, lutando pela manutenção dos empregos existentes, em especial com os funcionários do HSBC. Saibam que estaremos lado a lado acompanhando a possível venda para outra instituição financeira, e o tratamento dos funcionários. São cerca de 21 mil trabalhadores no país, cerca de 30 em nossa base, que estão sofrendo com as incertezas desta instituição.

26º Congresso do BB:



Principais propostas Remuneração e condições de trabalho: Intensificar a luta por melhorias no PCR, por mais contratações e por melhores condições de trabalho, sem assédio moral. O PCR deve valorizar o funcionalismo, estipulando como piso o salário mínimo do Dieese e o interstício na tabela de antiguidade de 6%, um valor maior das letras de mérito e com um tempo menor para adquirir. Piso para comissionados, gerência e demais funções. Critérios objetivos para comissionamento. Não ao descomissionamento.

Saúde: Liberação de dados sobre doenças ocupacionais para que as informações sejam repassadas aos dirigentes sindicais e integrantes dos conselhos de usuários da Cassi. Manutenção do princípio de solidariedade na Cassi e a inclusão de funcionários oriundos de Bancos incorporados pelo BB, para que sejam assistidos pelo Programa de Saúde da Família e demais coberturas.

Previdência: Fim da resolução 26. Superavit da Previ deve ser investido na melhoria dos benefícios. Campanha pelo fim do voto de minerva no Conselho Deliberativo e a implantação de teto para os benefícios. Esclarecimentos sobre os estudos realizados pela consultoria Accenture, uma vez que há preocupação dos funcionários sobre a possibilidade de reduzir a representação de diretorias eleitas. Além disso, há dúvidas sobre as propostas de terceirização da gestão dos investimentos e da administração.

BB e sistema financeiro nacional: Fortalecimento do BB como Banco público voltado para o financiamento da produção e do desenvolvimento econômico e social do país. Internacionalização do BB e a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do Sistema Financeiro Nacional. Contra o modelo de reestruturação, que exclui a população.

31º CONECEF



Principais propostas

Segurança: Criação de estruturas compatíveis com as demandas locais.

Terceirização: Fim dos correspondentes bancários. Universalização dos serviços bancários, com abertura de novas agências e contratação de pessoal.

Isonomia: Entre os empregados novos e antigos, com extensão da licença prêmio e do anuênio para todos.

Carreira: Fim da GDP.

Saúde Caixa: Estudo atuarial para inclusão dos pais. Pagamento integral de cuidador. Aplicar o superavit na ampliação de procedimentos

Bancos privados definem pautas específicas



Os funcionários dos maiores Bancos privados do país - Bradesco, Itaú, Santander e HSBC - definiram pautas específicas a serem entregues às instituições financeiras visando melhorar as condições de trabalho e a valorização profissional.

As propostas foram aprovadas pelas Comissões de Organização dos Empregados (COEs) durante o Encontro Nacional dos Bancos Privados nos dias 26 e 27 de maio, em São Paulo.

SANTANDER

Mais contratações, fim das demissões, ampliar a segurança nas agências de negócios, exigir da instituição medidas que proibam de fato a venda de produtos pelos caixas são algumas das reivindicações a serem levadas pelos representantes dos empregados à direção do Santander na reunião do Comitê de Relações Trabalhistas (CRT) marcada para 18 de junho.

Outras reivindicações: isenção da cobrança de tarifas dos funcionários da ativa e aposentados, negociação do plano de saúde complementar e a discussão do Projeto Retornem Bem, criticado por diversos funcionários que voltam de afastamento por problemas de saúde.

O encontro definiu ainda realização de campanha de esclarecimento junto aos funcionários sobre a previdência complementar. Essa é uma das grandes conquistas dos trabalhadores, pois permite complemento no benefício quando a pessoa se aposenta. No entanto, poucos sabem como funciona e quais os direitos envolvidos.

HSBC

A defesa do emprego e dos direitos dos cerca de 21 mil trabalhadores do HSBC no Brasil são as prioridades da luta definidos. Os sindicalistas deliberaram pela am-

pliação da mobilização para chamar a atenção da sociedade, parlamentares e órgãos reguladores do Sistema Financeiro Nacional (SFN) sobre a difícil situação dos funcionários, desde os primeiros boatos de que o banco inglês pode vender suas operações no Brasil. No fim de maio, o Banco confirmou intenção de deixar o país.

Na quinta 27, último dia do encontro, os dirigentes sindicais protestaram em frente ao prédio do Banco Central, na Avenida Paulista.

BRADESCO

Campanha de valorização vai voltar no Bradesco, definiram os dirigentes sindicais que participaram do encontro.

Como prioridades ficaram dedinidas: a defesa do emprego, mais contratações, melhorias nas condições de trabalho, auxílio-educação, melhorias no convênio médico, implantação de Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) - com igualdade de oportunidades para todos -, e a contratação da remuneração total.

Os representantes dos trabalhadores também cobraram o fim do chamado Projeto Atendimento, que barra a entrada de clientes e usuários nas agências.

Será relançada a Campanha Nacional de Valorização dos Funcionários, com a realização de atos nos locais de trabalho e ações

sindicais para que todos os trabalhadores da holding passem para a categoria bancária a exemplo do que ocorreu com os funcionários da Bradesco Financiamentos.

ITAÚ

A pauta, aprovada contém os eixos: remuneração, emprego, segurança saúde e condições de trabalho, previdência complementar e assistência médica e já foi entregue ao Banco no dia 28 de maio.

Os sindicalistas também entregaram moção de repúdio à forma como o Banco trata a segurança e reivindicaram o fim da revista pessoal, a instalação de dispositivos de proteção nas chamadas agências de negócio e desobrigar os bancários a portarem chaves do estabelecimento e do cofre.

Em outro documento, os dirigentes deixam claro que as propostas apresentadas pelo Banco para alterar o plano de saúde não atendem às expectativas dos funcionários e reivindicam reunião sobre o assunto.

Para emprego e remuneração a prioridade é combater práticas de horário estendido das agências, a rotatividade e a terceirização.

Outra reivindicação é a efetiva inclusão das pessoas com dedicação nos quadros das agências, combatendo a discriminação e o preconceito e garantindo a igualdade de oportunidades na ascensão profissional.

Bancários do extinto Banco BCN terão devolução de verba da fundação Francisco Conde



Após anos de luta, debates e reuniões coordenadas pelos Sindicatos, os participantes da Fundação Francisco Conde, dos bancários do extinto BCN, adquirido pelo Bradesco em dezembro de 1997, chegaram a um desfecho positivo quanto ao valor

remanescente a que têm direito após a fusão, hoje em torno de R\$ 109 milhões. O Ministério Público de São Paulo determinou ao Bradesco a devolução dos valores remanescentes da Fundação Francisco Conde, do extinto BCN.